

## Os princípios do ICOMOS e as adições contemporâneas: desafios para a integridade no patrimônio colonial da Venezuela.

O. Ippolito Ojeda<sup>1\*</sup> 

\* Autor de Contato: [oswell86@gmail.com](mailto:oswell86@gmail.com)

DOI: <https://doi.org/10.21041/ra.v16i2.1016>

Recebido: 03/02/2026 | Correções recebidas: 09/04/2026 | Aceito: 09/04/2026 | Publicado: 01/05/2026

### RESUMO

O artigo examina como as intervenções contemporâneas podem afetar a autenticidade do patrimônio edificado colonial venezuelano. Emprega-se uma metodologia que combina uma análise de contraste teórico-prático, tomando a intervenção na Casa Herrera como estudo de caso, complementada por uma comunicação institucional do ICOMOS Venezuela. Os resultados demonstram uma desconexão metodológica e uma supervisão institucional limitada, na qual a prioridade da função atual compromete a verdade histórica e a compatibilidade técnica, alterando a integridade morfológica e física da edificação. A originalidade reside em sua avaliação crítica e direta da aplicação real dos princípios internacionais. Conclui-se que é urgente estabelecer limites definidos para as adições, que garantam a funcionalidade sem desvirtuar a materialidade histórica.

**Palavras-chave:** princípios do ICOMOS; integridade patrimonial; arquitetura colonial venezuelana; restauração objetiva; falsos arquitetônicos.

**Citar como:** Ippolito Ojeda, O. (2026), “*Os princípios do ICOMOS e as adições contemporâneas: desafios para a integridade no patrimônio colonial da Venezuela.*”, Revista ALCONPAT, 16 (2), pp. 307 – 328, DOI: <https://doi.org/10.21041/ra.v16i2.1016>

<sup>1</sup> División de estudios para graduados, Doctorado en Arquitectura, Facultad de Arquitectura y Diseño, Universidad del Zulia, Venezuela.

#### Contribuição de cada autor

Neste trabalho, Oswell Salvador Ippolito Ojeda é o único autor; portanto, participou de todos os aspectos do desenvolvimento deste artigo em 100%.

#### Licença Creative Commons

Copyright (2026) é propriedade dos autores. Este trabalho é um artigo de acesso aberto publicado sob os termos e condições de uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 ([CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)).

#### Discussões e correções pós-publicação

Qualquer discussão, incluindo a resposta dos autores, será publicada no primeiro número do ano 2027, desde que a informação seja recebida antes do fechamento do terceiro número do ano de 2026.

## **ICOMOS principles and contemporary additions: challenges to integrity in Venezuela's colonial heritage.**

### **ABSTRACT**

This article examines how contemporary interventions can affect the authenticity of Venezuelan colonial built heritage. A methodology combining a theoretical-practical contrast analysis is employed, using the intervention at Casa Herrera as a case study, and complemented by an institutional communication from ICOMOS Venezuela. The results demonstrate a methodological disconnect and limited institutional oversight, where the priority of current function compromises historical truth and technical compatibility, altering the morphological and physical integrity of the building. The article's originality lies in its critical and direct evaluation of the actual application of international principles. It concludes that it is urgent to establish defined thresholds for additions that guarantee functionality without distorting the historical materiality.

**Keywords:** ICOMOS principles; heritage integrity; venezuelan colonial architecture; objective restoration; architectural forgeries.

## **Los principios de ICOMOS y las adiciones contemporáneas: como retos para la integridad en el patrimonio colonial de Venezuela.**

### **RESUMEN**

El artículo examina cómo las intervenciones contemporáneas pueden afectar la autenticidad del patrimonio edificado colonial venezolano. Se emplea una metodología que combina un análisis de contraste teórico-práctico, tomando la intervención en la Casa Herrera como caso de estudio, y se complementa con una comunicación institucional de ICOMOS Venezuela. Los resultados demuestran una desconexión metodológica y una limitada supervisión institucional, donde la prioridad de la función actual compromete la verdad histórica y la compatibilidad técnica, alterando la integridad morfológica y física de la edificación. La originalidad radica en su evaluación crítica y directa sobre la aplicación real de los principios internacionales. Se concluye que es urgente establecer umbrales definidos para las adiciones que garanticen la funcionalidad sin desvirtuar la materialidad histórica.

**Palabras clave:** principios ICOMOS; integridad patrimonial; arquitectura colonial venezolana; restauración objetiva; falsos arquitectónicos.

### **Informações legais**

Revista ALCONPAT é uma publicação trimestral da Associação Latino-Americana de Controle de Qualidade, Patologia e Recuperação de Construção, Internacional, A.C., Km. 6, antiga estrada para Progreso, Merida, Yucatán, C.P. 97310, Tel. +52 1 983 419 8241, [alconpat.int@gmail.com](mailto:alconpat.int@gmail.com), Website: [www.alconpat.org](http://www.alconpat.org)

Reserva de direitos de uso exclusivo No.04-2013-01 1717330300-203, eISSN 2007-6835, ambos concedidos pelo Instituto Nacional de Direitos Autorais. Editor responsável: Dr. Pedro Castro Borges. Responsável pela última atualização deste número, Unidade de Informática ALCONPAT, Eng. Elizabeth Sabido Maldonado.

As opiniões expressas pelos autores não refletem necessariamente a posição do editor.

A reprodução total ou parcial do conteúdo e das imagens da publicação é realizada de acordo com o código COPE e a licença CC BY 4.0 da Revista ALCONPAT.

## 1. INTRODUÇÃO

As edificações detentoras de decreto de valor patrimonial são consideradas, conforme estabelecido por Arias Salazar et al. (2024), como “pontes tangíveis que conectam a sociedade com sua história e cultura, e sua manutenção e preservação são uma tarefa complexa e multifacetada” (p. 7). Na Venezuela, o vasto legado arquitetônico do período colonial, que abrange desde o início do século XVI até o começo do século XIX, constitui um testemunho material do desenvolvimento histórico, cultural e social de muitas de suas cidades.

No entanto, sua preservação efetiva na Venezuela enfrenta desafios que vão além do campo teórico, incidindo diretamente na patologia e na recuperação das estruturas. Este artigo, em sintonia com a missão da Revista ALCONPAT, cujo enfoque promove a difusão do conhecimento sobre o controle de qualidade e a reabilitação das construções, examina a desconexão entre os princípios de conservação e a execução técnica na Venezuela.

Nos anos recentes, os procedimentos associados à conservação do patrimônio enfrentam uma série de vicissitudes e desafios que transgridem diretamente a autenticidade e a história da edificação. Essa problemática abrange desde a falta de financiamento por parte de seus órgãos governamentais de tutela até a necessidade de alguns grupos particulares de adaptar as estruturas a padrões contemporâneos de segurança, conforto e habitabilidade, frequentemente impulsionados por interesses específicos (Arias Salazar et al., 2024; Villarejo Fernández, 2022).

Essa tensão inerente entre a preservação do passado e a funcionalidade do presente conduz, com frequência, a práticas de restauração que podem comprometer a autenticidade da edificação. Nesse contexto, o conceito de falso arquitetônico surge como uma preocupação crítica. Esse termo se refere, segundo González Moreno-Navarro (1999), a “intervenções que, sob o pretexto da restauração, introduzem elementos anacrônicos ou reconstruções sem base histórica, desvirtuando assim a verdadeira identidade da edificação” (p. 24). Diferentemente da falsificação, a questão central das intervenções contemporâneas está na inadequação metodológica.

O presente artigo propõe analisar se as intervenções em edificações coloniais venezuelanas aderem aos rigorosos princípios de conservação estabelecidos pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), organização da qual a Venezuela é parte integrante desde 1981. Aborda-se a questão acadêmica referente ao comprometimento, ou não, da integridade arquitetônica original das edificações coloniais no país. Isso conduz à necessidade de avaliar a compatibilidade dos materiais e a morfologia no processo de intervenção das edificações coloniais com caráter patrimonial na Venezuela, com foco nos princípios do ICOMOS.

Para atingir esse objetivo, examina-se um estudo de caso que permite ilustrar a divergência entre a teoria e a prática, concentrando-se não na imitação, mas na violação dos princípios de compatibilidade material e integridade morfológica. Além disso, a discussão é fortalecida com informações obtidas por meio de uma entrevista formal com o presidente do ICOMOS Venezuela, proporcionando um ponto de vista institucional direto sobre a aplicação desses preceitos no âmbito nacional.

Por fim, a relevância deste estudo para a ALCONPAT está em identificar como a inadequação metodológica e a falta de critérios de compatibilidade técnica não afetam apenas a estética histórica, mas também comprometem a integridade física e a vida útil dos materiais tradicionais.

## 2. A RESTAURAÇÃO OBJETIVA E A FALSIFICAÇÃO ARQUITETÔNICA

A forma como a humanidade se relaciona com os edifícios herdados do passado evoluiu de modo muito drástico e rápido ao longo do tempo. Durante muito tempo, as intervenções arquitetônicas eram frequentemente executadas sem uma preocupação profunda com a fidelidade histórica; os edifícios existentes eram considerados suportes sobre os quais se aplicavam substituições ou acréscimos que seguiam a linguagem e as modas do momento, com escassas referências ao seu estilo original. Esse panorama começou a mudar de forma notável no final do século XVIII.

A partir desse momento cronológico, emerge uma verdadeira consciência histórica e reconhece-se o valor inerente do patrimônio construído. As intervenções deixaram de ser meros atos de construção para se converterem em um processo de reflexão interpretativa e de profundo debate sobre como se deve interagir com as estruturas. Dessa reflexão surgiram posturas teóricas fundamentais, que estabeleceram as bases do pensamento moderno sobre restauração.

Por um lado, figuras como Viollet-le-Duc promoveram uma visão da restauração como restituição do monumento a um estado completo ou idealizado, recorrendo à lógica de seu estilo e método construtivo, o que muitas vezes implicava a recriação de partes perdidas. Essa visão ficou conhecida como conservação estilística.

Por outro lado, pensadores como John Ruskin e, posteriormente, Camillo Boito defenderam uma abordagem mais cautelosa, centrada na manutenção e na conservação. Sua filosofia de conservação a todo custo baseava-se em preservar a estrutura, omitindo operações que não fossem estritamente essenciais, respeitando a autenticidade de suas contribuições ao longo do tempo e exigindo uma diferenciação clara de qualquer intervenção necessária.

Dessa última visão nasce a restauração objetiva, que, de acordo com González Moreno-Navarro (1999), é uma metodologia “para a conservação monumental, que busca proteger o triplo caráter de uma edificação: seu valor de uso, seu valor documental e seu valor estético” (p. 30). Esse enfoque fundamenta-se na preservação da autenticidade material e formal de uma edificação histórica tal como chegou até a atualidade; opõe-se às intervenções que modificam a composição original, enfatizando a conservação, a consolidação e a reintegração somente com elementos originais ou materiais que respeitem a pátina do tempo e a história arquitetônica da edificação.

Seu propósito é eliminar a subjetividade histórica e o capricho estilístico do restaurador, baseando todas as decisões na análise científica, histórica e técnica da obra. O marco teórico mais influente para essa abordagem é a Teoria da Restauração de Brandi (1963), que estabelece que a restauração é o “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, em sua consistência física e em sua dupla polaridade estética e histórica” (p. 13). Ver Tabela 1.


Tabela 1. Exemplo de restauração objetiva



Na pintura mural, as áreas faltantes do afresco original foram preenchidas apenas com linhas horizontais, sem o restante dos ornamentos. A certa distância, o olho integra a lacuna e ela desaparece visualmente; de perto, porém, o traço da reintegração é evidente, diferenciando-se do original. Restitui-se a leitura estética sem incorrer em falsificação e respeitando a instância histórica da perda. Foto do Museu Casa da Estrela.

Fonte: arquivo do autor (2025).

Por sua vez, o falso arquitetônico e o falso histórico constituem a antítese desse enfoque, pois, como assinala González Moreno-Navarro (1999), “comprometem o valor documental ao inventar uma história que não pertence ao edifício” (p. 23). Essa situação ocorre frequentemente por meio de intervenções inadequadas ou mal geridas, que incorporam elementos ou materiais que nunca existiram no original, configurando uma agressão à preservação da autenticidade material da edificação. Ver Tabela 2.

Tabela 2. Exemplo de falsificações arquitetônicas	
	O piso cerâmico em uma edificação colonial constitui um falso histórico porque introduz materialidade e estética completamente alheias à época e às técnicas construtivas originais, atentando contra a integridade da edificação. A abertura de áreas que antes eram fechadas constitui um falso arquitetônico, pois altera a forma e a essência construtiva. Foto do Museu de Puerto Cabello.
Fonte: arquivo do autor (2025).	



A doutrina do ICOMOS busca prevenir esse tipo de falsificação ao estabelecer, na Carta de Veneza, que toda adição deve trazer a marca distintiva do tempo atual, sendo facilmente diferenciável e, muito importante, reversível. Ver Tabela 3.

Tabela 3. Exemplo de adição facilmente diferenciável e reversível	
	Para proteger a laje original da deterioração, adicionou-se uma passarela de cristal com estrutura em aço, tipo tablado, para o trânsito dos visitantes, a qual pode ser facilmente desmontada e realocada a qualquer momento. Mantiveram-se vigentes os princípios de autenticidade, integridade e mínima intervenção, sem incorrer no uso de falsificações. Foto do Museu Casa da Estrela.
Fonte: arquivo do autor (2025).	

Nesse contexto, é válido e essencial destacar que o termo autenticidade material na arquitetura colonial da Venezuela não se restringe ao estabelecimento de uma materialidade original, mas inclui também valores intangíveis, conforme estabelece Sosa Pedroza (2010): “a experiência sensorial e emocional, a memória e o significado histórico, e a reflexão sobre a sociedade e a cultura” (p. 220) também estão incluídos. Esses valores transcendem a simples construção física, conectando o edifício às sensações, memórias e identidade de seus usuários e de sua época. Para González Moreno-Navarro (1999), “a falsificação é a negação da história da obra, uma prática que nega sua evolução e suas múltiplas transformações ao longo do tempo” (p. 23). Esse

pensamento contrasta de forma notável com alguns modelos de conservação mais rigorosa, nos quais as estruturas se mantêm fiéis à sua história arquitetônica colonial original graças à restauração objetiva. Podem ser mencionados como exemplos a Casa Celis (também conhecida como Museu de Antropologia e História) e a Casa da Estrela (também conhecida como Museu Casa da Estrela). Ambas possuem declarações patrimoniais e estão localizadas na cidade de Valencia, Estado Carabobo. A seguir, apresenta-se um resumo com os dados históricos mais representativos. Ver Tabela 4.

Tabela 4. Resumo de dados históricos.

Museu de Antropologia e História	Museu Casa da Estrela
É uma edificação de origem colonial, datada de 1776, localizada no centro histórico de Valencia. Seu proprietário foi o coronel de cavalaria espanhol Ramón Ibarrolaburu. É uma das edificações de maior tradição da cidade. Atualmente, o museu funciona como sede da Fundação Lisandro Alvarado, exibindo peças que compõem a mais importante coleção antropológica do centro do país. Em 1960, foi declarada Monumento Histórico Nacional e, em 1964, passou à custódia de Henriqueta Peñalver, com o objetivo de servir como sede do Instituto de Antropologia e História de Carabobo. O museu foi inaugurado em 1971, durante a celebração do sesquicentenário da Batalha de Carabobo.	É uma edificação de origem colonial, datada de 1664, localizada no centro histórico de Valencia. Foi construída pelos espanhóis para o funcionamento do Hospital San Antonio de Padua. É uma das casas mais antigas da cidade, com imenso valor histórico para a cidade e para o país, em razão dos diversos eventos nos quais esteve envolvida e das distintas funções que assumiu. Em 1980, foi declarada Monumento Histórico Nacional, conforme a Gazeta Oficial nº 31.930. Atualmente, funciona como museu e biblioteca, onde são exibidos objetos importantes de diferentes períodos de sua história e onde se realizam, ocasionalmente, exposições e eventos culturais variados.
	
Fonte: arquivo do autor (2025).	

### 3. PRINCÍPIOS DO ICOMOS E A TENSÃO ENTRE CONSERVAÇÃO DA INTEGRIDADE E MODERNIDADE

O ICOMOS é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que atua como entidade consultiva e assessora não vinculante, dentro de um espírito filantrópico. A organização foi fundada em 1965, um ano após a adoção da Carta de Veneza de 1964, e tem atuado como a principal voz na conservação do patrimônio em nível global. Os 110 comitês nacionais, como a delegação venezuelana formalizada em 1981, têm a responsabilidade de promover a conservação de monumentos e sítios patrimoniais (ICOMOS, 2017).

A organização compila, analisa e difunde informações sobre todos os métodos de conservação do

patrimônio. Em seu acervo, administra uma base de dados bibliográfica constituída por mais de 14.000 referências sobre o patrimônio arquitetônico mundial, disponível para consulta aberta por pesquisadores, sejam ou não membros. Além das 18 cartas, existe uma lista de outros 17 textos doutrinários, bem como um amplo repertório de resoluções e declarações. Embora todos sejam importantes e reflitam a evolução da doutrina, há uma clara distinção em sua natureza e peso.

A primeira carta do ICOMOS foi a Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza), documento conclusivo do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza em 1964, a partir do qual se criou o ICOMOS. Por isso, é a carta-base, da qual, ao longo dos anos, derivaram cartas temáticas para esclarecer, ampliar, desenvolver ou abordar temas específicos (Pérez Gallego, Ibañez e Vásquez de la Torre, comunicação pessoal com ICOMOS Venezuela, 17 de novembro de 2025), como o Documento de Nara sobre a Autenticidade, de 1994, que aborda a necessidade de uma compreensão mais ampla da diversidade cultural e do patrimônio cultural nos esforços de conservação dos sítios patrimoniais.

Todas as cartas foram elaboradas por grupos de especialistas e submetidas à verificação de todos os membros por meio das assembleias gerais. Podem ser consideradas uma extensão da Carta de Veneza, na qual se amparam e da qual derivam, na medida em que complementam e afinam aspectos específicos de acordo com os temas e tipos de patrimônio (comunicação pessoal com ICOMOS Venezuela, 17 de novembro de 2025). A seguir, apresenta-se a Tabela 5 com um resumo dos documentos mais representativos:

<b>Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Enfoque e princípios-chave na intervenção</b>
Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza)	1964	Bases filosóficas e técnicas da restauração. Respeito pela substância antiga: a restauração deve parar onde começa a conjectura. Reversibilidade: toda adição deve ser diferenciável e facilmente reversível. Documentação: a restauração deve ser acompanhada de estudo arqueológico e histórico completo. Mínima intervenção: prefere-se a manutenção à reparação.
Documento de Nara sobre a Autenticidade	1994	Autenticidade no patrimônio cultural, além do material e da forma. Vital para a arquitetura colonial, pois permite valorizar a história, o uso, a tradição e o espírito do lugar, não apenas sua obra original.
Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas e Áreas Urbanas Históricas	1987	Conservação dos conjuntos urbanos e de seu entorno. Crucial para o planejamento e a intervenção em centros históricos, assegurando que a edificação individual seja tratada em seu contexto urbano.
Princípios para a análise, conservação e restauração das estruturas do patrimônio arquitetônico	2003	Diretrizes e técnicas específicas para as estruturas. Guia técnico para avaliar patologias. Enfatiza que a intervenção deve atuar na raiz do problema, priorizar a manutenção preventiva e documentar toda atividade de verificação e supervisão.
Fonte: arquivo do autor (2025).		

A Carta de Veneza estabelece os princípios da conservação integrada, conceito que, segundo Feilden (2004), “promove a sobrevivência e a viabilidade dos bens patrimoniais a longo prazo, atribuindo-lhes uma função útil e adaptada às necessidades contemporâneas, evitando seu isolamento ou deterioração” (p. 3). Reimóndez (2023) acrescenta que, com a conservação integrada, “longe de pretender ser um corpus epistemológico, reúnem-se os critérios que todo projeto de conservação deveria considerar, com base em garantir sua repercussão, na linha do desenvolvimento sustentável” (p. 1). No entanto, embora a conservação esteja intrinsecamente ligada à utilidade social, essa adaptação não deve comprometer a integridade e a autenticidade do bem.

Embora a Carta de Veneza seja, de longe, o documento mais referenciado e utilizado por ser o padrão para qualquer intervenção arquitetônica patrimonial, costuma haver uma tendência generalizada a ignorar ou interpretar equivocadamente alguns de seus princípios. Entre as razões pelas quais os princípios poderiam ser mal interpretados ou ignorados, segundo a Carta do ICOMOS para Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural, no Canadá (2008), podem ser mencionadas:

- Falta de compreensão: pode haver má interpretação dos conceitos-chave se não for fornecida capacitação adequada.
- Desafios de aplicação: é necessária uma análise exaustiva, planejamento detalhado e monitoramento constante para assegurar que as ações sejam realizadas de forma correta e não prejudicial ao patrimônio.
- Falta de difusão: se os princípios e as cartas do ICOMOS não chegam a todos os atores relevantes, é provável que não sejam aplicados corretamente.
- Interesse na interpretação: a interpretação do patrimônio é um processo contínuo que deve considerar o contexto local e as necessidades da comunidade.
- Necessidade de padronização: devem ser promovidas técnicas e interpretações padronizadas.

Um exemplo notório é o princípio da distinguibilidade das adições modernas, frequentemente mal interpretado pelos agentes interventores e confundido com a obrigação de criar um contraste agressivo e dissonante.

O núcleo do conflito, portanto, não está em saber se a intervenção deve ser visível ou se pode incorporar elementos contemporâneos, mas na forma como essa visibilidade se articula. A Carta de Veneza já estabelecia a base desse debate ao determinar que “as adições não serão toleradas senão na medida em que não prejudiquem o interesse histórico, nem o aspecto tradicional, nem o ambiente do monumento”, o que sublinha uma ética de medida e respeito pelo espírito ou integridade do lugar (ICOMOS, 1964).

É essa diferença sutil, porém vital, entre distinção e ruptura que frequentemente se perde na pressa ou na falta de sensibilidade metodológica, desviando o foco da compatibilidade técnica e conceitual para uma mera confrontação estilística. Consequentemente, o problema metodológico na prática venezuelana não reside no uso de elementos modernos, mas na compatibilidade técnica. Os princípios e doutrinas do ICOMOS estabelecem que a colaboração entre especialistas é essencial para alcançar uma abordagem holística que equilibre a preservação com as demandas modernas (Arias Salazar et al., 2024).

Esse desvio na prática interventiva venezuelana não é um fenômeno isolado, mas se inscreve na tensão dialética histórica existente entre a conservação da integridade de uma estrutura e o constante impulso do modernismo. A integridade implica a preservação da totalidade dos atributos do patrimônio, tanto físicos quanto históricos e funcionais, assegurando que o monumento mantenha a autenticidade de seu testemunho material (ICOMOS, 1994).

Por outro lado, a intervenção moderna responde à necessidade de dotar o patrimônio de uma nova utilidade, ajustando-o às exigências funcionais e estéticas do presente. A disputa reside no fato de

que, para alguns, qualquer adição moderna ameaça a integridade ao introduzir uma nova camada histórica que poderia se sobrepor ou, pior ainda, invalidar a leitura do original.

Para a arquitetura moderna, a conservação deve ser um ato ativo e transformador que garanta a sobrevivência da estrutura arquitetônica por meio de sua relevância contemporânea, argumentando que a museificação estática condena o monumento à obsolescência (Hernández Martínez, 2020). Um exemplo notório dessa tensão observa-se quando a necessidade estrutural ou funcional impõe o uso de materiais e tecnologias radicalmente distintos. No caso do patrimônio moderno, por exemplo, a intervenção deve lidar com materiais de curta vida útil ou tecnologias obsoletas que exigem substituições ou consolidações profundas.

Em contrapartida, nas estruturas históricas, a tentação de introduzir elementos transparentes ou minimalistas para obter o efeito de distinção frequentemente ignora as dinâmicas estruturais e térmicas do edifício original, resultando em problemas de compatibilidade e deterioração acelerada.

A solução ética e técnica não se encontra na rejeição absoluta da modernidade, mas em uma subordinação consciente da adição ao objeto original, o que implica adotar uma postura de mínima intervenção e máxima reversibilidade (Martínez Justicia & Sánchez-Mesa, 2017).

A modernidade deve servir ao patrimônio, e não o contrário. Nessa máxima ou princípio geral reside a essência da colaboração interdisciplinar mencionada: garantir que a arquitetura moderna dialogue com o passado a partir do conhecimento profundo e do respeito às técnicas construtivas e aos valores históricos que o ICOMOS promove em seus princípios fundamentais.

#### 4. A REGÊNCIA DO ICOMOS NA VENEZUELA

O ICOMOS Venezuela não pode exercer suas funções sem estar bem articulado com outras organizações que o apoiam em seus processos de gestão. Atua em estreita cooperação com instituições nacionais e internacionais, e sua ação se baseia nos princípios e recomendações de organismos como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). A seguir, apresenta-se a Tabela 6 com um resumo de seus aliados:

<b>Tabela 6. Resumo dos aliados mais importantes para o ICOMOS Venezuela</b>	
UNESCO	O ICOMOS é uma organização assessora formal da UNESCO, que atua como braço da organização internacional para a proteção do patrimônio no país. O ICOMOS colabora na difusão de postulados e avalia a viabilidade dos sítios que a Venezuela propõe para serem declarados Patrimônio da Humanidade.
IPC de Venezuela	Mantêm contato de forma direta e indireta. Alguns funcionários do IPC, em tempos anteriores, fizeram parte do Comitê Venezuelano do ICOMOS, o que não ocorre atualmente. Não obstante, em muitas ocasiões, desde as origens do IPC, solicitou-se apoio, como consultor ou assessor, ao Comitê Venezuelano do ICOMOS.
ICOM da Venezuela	O Conselho Internacional de Museus é a organização que representa os museus e seus profissionais na Venezuela. Mantêm relação fluida, com publicação de alguns artigos em números recentes do boletim Museos.Ve.
Fundapatrimonio	Compartilham uma relação indireta e de colaboração na conservação do patrimônio. A Fundapatrimonio (Fundación de Edificaciones y Dotaciones de Servicios Turísticos y Culturales) participou da organização de eventos com o ICOMOS Venezuela, como simpósios nacionais sobre patrimônio.
Fonte: arquivo do autor (2025).	

Os comitês nacionais do ICOMOS têm como propósito promover a conservação, proteção, restauração, reabilitação e valorização dos monumentos e sítios do patrimônio cultural, tanto em nível internacional quanto, neste caso, especificamente em nível nacional, conforme estabelece o artigo 3º dos estatutos do ICOMOS. Isso se justifica porque cada comitê nacional deve aceitar os estatutos do ICOMOS.

Por essa razão, a delegação venezuelana representa os interesses do ICOMOS em nível nacional, bem como as opiniões de seus membros nacionais dentro da rede internacional do ICOMOS. “Os profissionais que tradicionalmente integraram o Comitê Venezuelano do ICOMOS foram arquitetos com formação de quarto nível na disciplina de conservação e restauração, além de engenheiros, antropólogos, arqueólogos, urbanistas e sociólogos, principalmente (comunicação pessoal com ICOMOS Venezuela, 17 de novembro de 2025)”. Essa multidisciplinaridade profissional funciona como fórum no qual pessoas e representantes de instituições podem se reunir para trocar informações e pontos de vista.

Essas trocas abrangem os princípios e a doutrina do ICOMOS, além de questões técnicas, científicas, jurídicas e administrativas relativas aos sítios do patrimônio cultural. Os comitês nacionais, em geral, não apenas na Venezuela, não estabelecem relações contratuais com empresas contratadas responsáveis por projetos e obras de restauração ou conservação (comunicação pessoal com ICOMOS Venezuela, 17 de novembro de 2025), estabelecendo-se, portanto, uma relação profissional de assessoria técnica não vinculante.

Neste ponto, podem surgir vários questionamentos relevantes, tais como: a Lei de Proteção e Defesa do Patrimônio Cultural é suficientemente rigorosa para vincular as intervenções aos princípios do ICOMOS e aplicar sanções em caso de descumprimento? O ICOMOS é o organismo responsável por controlar os projetos de intervenções patrimoniais? O ICOMOS tem capacidade de supervisionar e influenciar as intervenções arquitetônicas do país de forma aberta, direta e espontânea?

Embora a Lei de Proteção e Defesa do Patrimônio Cultural de 1993, sem dúvida, deva ser atualizada, o marco legal é teoricamente suficiente; sua aplicação, porém, é o grande desafio. O problema não reside na lei, mas em sua execução e na aplicação de sanções. Em geral, as sanções são frágeis e muitas exceções são permitidas por interesses não técnicos, criando uma sensação de impunidade. Existem ferramentas legais na Venezuela, mas é necessário um compromisso institucional mais firme para fazê-las cumprir. Ainda assim, trata-se de uma tarefa pendente e relevante para os entes governamentais e profissionais vinculados à área em questão: retomar a iniciativa de atualização da lei, permitindo bases técnicas mais claras e robustas e maior rigor na prática.

“A tarefa de controlar e supervisionar diretamente os projetos e intervenções nas edificações não cabe ao ICOMOS. Essa é a tarefa do ente reitor que, em cada país, deve zelar pela conservação de seu patrimônio conforme a estrutura legal, o que na Venezuela é responsabilidade, desde a Lei de 1993, do Instituto do Patrimônio Cultural. O Comitê do ICOMOS, em todo caso, é um organismo observador e assessor; é um organismo consultivo quando detecta problemas relevantes, práticas inadequadas ou abandono por negligência ou outras razões em determinadas edificações, mas não mantém relação direta com os responsáveis pelas obras. Em todo caso, eleva sua voz perante o IPC ou perante os organismos que estejam coordenando esses trabalhos (governos estaduais, prefeituras ou outros) para que se alcance uma solução concertada (comunicação pessoal com ICOMOS Venezuela, 17 de novembro de 2025)”.

Por isso, a capacidade de influenciar diretamente as intervenções de forma aberta, direta e espontânea na Venezuela encontra-se bastante limitada, o que, em síntese, pode ser resumido pelos seguintes fatores:

- Fatores financeiros e logísticos, por não dispor de equipamento próprio nem poder cobrir a vasta geografia nacional.

- Fatores legais, por não ter potestade para paralisar uma obra ou multar um interventor, já que essa responsabilidade recai sobre o IPC.
- Fatores políticos, pois as ações mais diretas são exercidas por meio de denúncias públicas e declarações baseadas em peso moral.

O estado da arte referente a esse tópico venezuelano não é muito amplo. Apenas alguns autores venezuelanos contribuíram para a exposição e difusão de aspectos relacionados à conservação e restauração do patrimônio. Esses autores geralmente discutem a brecha entre a doutrina internacional e a realidade institucional e econômica do país, entre os quais é oportuno mencionar:

- Juan Pedro Posani, arquiteto e figura central na conservação venezuelana. Seus trabalhos analisam as diretrizes de política de conservação em nível nacional e como elas se articulam, ou não, com os padrões internacionais. Uma de suas publicações mais relevantes enquadra-se em “A necessidade de uma legislação e gestão estatal coerente com os princípios do ICOMOS”.
- Graziano Gasparini, arquiteto italiano radicado na Venezuela. Embora sua obra principal seja a historiografia da arquitetura colonial, seu trabalho de base é fundamental para qualquer intervenção. Seus estudos sobre a autenticidade dos sistemas construtivos e a morfologia colonial servem como documento autêntico que as intervenções devem respeitar segundo o ICOMOS.
- Luis E. Molina, antropólogo e conservador. Analisou a evolução das políticas culturais e patrimoniais na Venezuela e escreveu sobre como a instabilidade política e as mudanças constitucionais afetaram a gestão do patrimônio.
- José Hernández. Contribuiu para a discussão sobre a gestão e o manejo do patrimônio, especialmente no contexto de sítios emblemáticos como o Centro Histórico de Coro. Seus trabalhos frequentemente ressaltam falhas de coordenação institucional e a falta de planos de manejo integrados, problemas que o ICOMOS e a UNESCO assinalam constantemente.

Esses autores oferecem um corpo teórico e crítico essencial que, paradoxalmente, sublinha uma desconexão metodológica palpável na prática nacional. A necessidade de contar com uma referência sólida é imperativa; no entanto, a aplicação efetiva dos padrões esbarra na dura realidade institucional.

A regência do ICOMOS na Venezuela, quanto à aplicação dos princípios, é um tema de grande complexidade, porque a atuação independente da organização sempre esteve limitada pela lei a ser um ente assessor e consultivo, cujas sugestões podem ou não ser consideradas, sem maiores repercussões além de um chamado de atenção perante o IPC.

Essa limitação traduz-se em problemas operacionais de fundo, especialmente quando a falta de rigor na pesquisa colide com a teoria. De fato, o ICOMOS tem conhecimento de projetos nos quais se procedeu a restaurar ou reconstruir com base em suposições, e não em uma pesquisa documental ou arqueológica rigorosa. “Sempre foram executadas algumas intervenções nas quais não se cumpriu todo o rigor requerido das investigações prévias de índole documental, histórica e arqueológica para orientar as decisões de liberação de agregados e de reintegração de faltantes. Isso ocorre às vezes em todos os países e também depende do acompanhamento realizado pelas instituições responsáveis pela inspeção e supervisão dos trabalhos, conforme especificado nos projetos de restauração concertada (comunicação pessoal com ICOMOS Venezuela, 17 de novembro de 2025)”.

A raiz do problema, portanto, não é apenas a falta de conhecimento teórico, mas uma deficiência sistêmica na estrutura legal da gestão. Embora exista um marco legal, como a Lei de Proteção e Defesa do Patrimônio Cultural, voltado à salvaguarda do patrimônio, as edificações arquitetônicas venezuelanas enfrentam problemas como falta de orçamento, infraestrutura inadequada, dirigentes sem os conhecimentos apropriados e, fator não menos importante, ausência de políticas claras. Esse vazio institucional agrava-se pela opacidade administrativa. A dificuldade para contatar os

dirigentes do IPC e obter entrevistas apresenta-se como uma tarefa árdua, já que se ocultam atrás do silêncio institucional, sem oferecer razões. Isso abre espaço para que qualquer interventor realize, em muitos casos de forma caprichosa, aquilo que economicamente mais lhe convém, e não o que convém à edificação em função de sua integridade original, colonial e histórica.

Em última instância, embora sejam promovidas iniciativas e abordados temas como sustentabilidade e ética, a situação geral indica que existe um desafio considerável para cumprir plenamente os padrões internacionais na prática cotidiana na Venezuela.

A presença do ICOMOS no país opera sob a figura de um observador qualificado, cuja principal ferramenta é a autoridade moral e a validação técnica internacional. Embora o comitê nacional difunda as cartas e promova a formação, carece de potestade legal para deter ou sancionar uma intervenção que se afaste dos princípios e doutrinas de conservação. Em essência, o ICOMOS estabelece o dever ser ético e metodológico da disciplina; no entanto, o país atravessa uma instabilidade administrativa que, somada à precariedade de recursos, enfraquece os organismos e evidencia uma tendência à relegação da autoridade do ICOMOS a mera formalidade consultiva. A efetividade de sua regência não se mede, portanto, por sua capacidade de controle punitivo, mas pela medida em que a academia e os profissionais independentes conseguem utilizar seus princípios como ferramentas de pressão e crítica diante da inércia institucional venezuelana. Nesse cenário, lamentavelmente, o organismo se converte mais em referência bibliográfica e ética para a crítica do que naquilo que realmente deveria ser: uma verdadeira entidade reitora das decisões sobre o patrimônio.

## 5. METODOLOGIA E ANÁLISE CRÍTICA DO ESTUDO DE CASO

A presente pesquisa enquadra-se em uma abordagem qualitativa, de tipo descritivo-analítico, avaliando um projeto de restauração no estado de Carabobo, Venezuela. A pesquisa estrutura-se em três fases: uma revisão documental e teórica, uma análise de contraste prático e uma perspectiva institucional, avaliando as intervenções realizadas à luz dos princípios e doutrinas do ICOMOS. O caso de análise corresponde ao Museu de Puerto Cabello, conhecido antes de 2023 como Casa Herrera, em Puerto Cabello, construído em 1790. Trata-se de uma edificação colonial de caráter civil, declarada Monumento Histórico Nacional da Venezuela em 2005, com a promulgação da Gazeta Oficial nº 38.234.

- **Revisão documental e teórica:** realizou-se a aproximação histórica para delimitar os princípios da conservação arquitetônica (ICOMOS, Carta de Veneza, Documento de Nara, Teoria da Restauração de Brandi), concentrando a atenção nos critérios de distinção, reversibilidade e compatibilidade material. Esse marco serviu como parâmetro normativo para a análise crítica.
- **Análise prática de contraste:** a avaliação crítica do edifício interveniente foi realizada in situ, contrastando a execução das adições contemporâneas com os princípios teóricos revisados. A análise focou na identificação de violações da integridade morfológica, autenticidade, intervenção mínima, reversibilidade, compatibilidade de materiais e a ocorrência de falsificação por conjectura.
- **Perspectiva institucional:** para contextualizar a aplicação prática dos princípios do ICOMOS na Venezuela, realizou-se uma comunicação pessoal semiestruturada com a diretoria do ICOMOS Venezuela (Pérez Gallego, Ibañez e Vásquez de la Torre, 17 de novembro de 2025). Essa entrevista teve como objetivo determinar o grau de participação, a potestade legal do ICOMOS e as limitações institucionais e normativas enfrentadas pelos órgãos consultivos no país. Os resultados dessa fase complementam a discussão teórica e explicam a desconexão entre a norma e a execução.

### 5.1 Resumo da revisão documental e teórica:

Para estabelecer a base científica da pesquisa, procedeu-se à sistematização das fontes bibliográficas e dos documentos coletados. Apresenta-se, em primeiro lugar, o resumo histórico por parte de seu cronista e, em seguida, a Tabela 7, que compila um resumo da imagem do Museu de Puerto Cabello.

- **História:** sua fachada, adornada por uma sacada em balanço e uma sóbria portada em pedra, o curto porém amplo saguão que conduz ao pátio e ao segundo pavimento protegido por guarda-corpo de madeira e cobertura de telhas, e, sobretudo, o mirante que a coroa, de onde se observa comodamente a tranquila enseada, configuram uma casa que deve ter se destacado no entorno urbano, vista tanto da Rua Real (atual Bolívar) quanto da Rua Lanceros, para a qual também tinha saída e uma elegante sacada. Ignora-se em que momento a casa deixou de pertencer aos Herrera. No início do século passado, foi ocupada pelo Hotel Americano e, com o passar dos anos, passou a Nina Cecilia Kolster de Méndez, que a recebeu como herança de sua avó Ángela Vera de Kolster, em 1937. Em 1947, a Câmara de Comércio de Puerto Cabello adquiriu o imóvel para sua sede, vendendo-o finalmente à Corporación Venezolana de Fomento (CVF), em 1967, com a finalidade de remodelá-lo e instalar ali o museu de armas da cidade. Por iniciativa do Dr. Aníbal Dao, então gerente da CVF, concretizou-se a abertura do museu, contratando-se Rafael Dagostino para elaborar o plano de decoração e adquirindo-se na Espanha um importante lote de réplicas de espadas, floretes, escopetas, maças com bolas, alabardas e peitorais de couraça para exibição. O museu abriu suas portas e foi posteriormente entregue em administração à Fundação “Lisandro Alvarado”, convertido então em museu de história e antropologia, funcionando por quase duas décadas até seu fechamento. Começou assim um triste período para o imóvel histórico, conduzindo-o à deterioração quase absoluta e à perda de grande parte do material ali existente. O fato de ser propriedade nacional contribuiu decisivamente para essa deterioração, dificultando a tomada de decisões oportunas, além da ausência de planos e do pouco interesse dos entes governamentais regional e local, situação denunciada pela Academia de História do Estado Carabobo na imprensa e em comunicações escritas. Extinta a CVF, o imóvel passou a outros entes ministeriais, em última instância ao Conac, Ministério da Cultura, e, recentemente, à Governadoria do Estado Carabobo, mediante comodato por 15 anos. Por: Sabatino José A. (2023) <https://ahcarabobo.com/la-casa-de-los-herrera/>
- **Deterioração evidenciada:** sofreu um período de deterioração devido à falta de manutenção e à mudança de propriedade entre entes governamentais, situação denunciada pela Academia de História do Estado Carabobo. Informação sustentada nos arquivos do jornal El Carabobeño, na edição de 28 de junho de 2021.
- **Propriedade atual:** passou para as mãos da Governadoria do Estado Carabobo.

Tabla 7. Recopilación histórica de la imagen del Museo de Puerto Cabello	
	
<p><b>Estimación cercana a 1915</b> Ilustración por: Galeaxxo Bentivoglio</p>	<p><b>Año 1974</b> Fotografía por: José Gregorio (Jgurbidesign)</p>



**Año 1976**

Fotografía por: León André y Del Valle Carmen (2020). Fundación Lisandro A.



**Estimación cercana a 1990**

Fotografía por: Autor desconocido



**Estimación cercana al 2000**

Fotografía por: Don Perucho (Blog personal)



**Año 2020**

Fotografía por: Pérez Carlos (Blog personal)



**Año 2021**

Fotografía por: Rojas Beatriz (2021).  
Periódico El Carabobeño



**Año 2025**

Fotografía por: El Aragueño (2025).

Fuente: archivo de autor (2025).

## 5.2 Resumo da análise de contraste prático:

Concluída a revisão documental, realizou-se a avaliação física e técnica das intervenções executadas no estudo de caso. A Tabela 8 detalha a análise de contraste prático, confrontando as ações observadas com os critérios técnicos de intervenção, permitindo visualizar os desvios da prática construtiva.

<b>Tabela 8. Análise fotográfica</b>	
	Passarela de aço e cristal em substituição ao corredor original de madeira. 3 princípios violados: mínima intervenção, autenticidade, compatibilidade dos materiais.
	Recobrimento total do piso original da planta baixa com material cerâmico, sem deixar evidência dos testemunhos temporais. 5 princípios violados: mínima intervenção, reversibilidade, autenticidade, compatibilidade dos materiais, evasão do falso histórico.
	Recobrimento das paredes e tetos originais com materiais modernos, sem deixar evidência dos testemunhos temporais. 6 princípios violados: mínima intervenção, autenticidade, integridade, compatibilidade dos materiais, evasão do falso histórico e arquitetônico.



Excesso no uso de materiais de aço e cristal. 3 princípios violados: mínima intervenção, autenticidade, integridade.



Abertura com arcos em áreas que originalmente eram fechadas. 4 princípios violados: evasão do falso arquitetônico, mínima intervenção, reversibilidade, autenticidade.



Erro na aproximação histórica da paleta de cores nas paredes e nos elementos de madeira. Originalmente, as paredes eram brancas e a madeira era natural. 2 princípios violados: autenticidade, evasão do falso histórico.

Fonte: arquivo do autor (2025).

### 5.3 Análise fundamentada na doutrina e nos princípios do ICOMOS.

O núcleo crítico deste estudo está na avaliação da integridade patrimonial sob a ótica dos organismos internacionais. Do ponto de vista institucional, a Tabela 9 expõe a análise do valor de uso, documental e estilístico da edificação, buscando fundamentação na doutrina do ICOMOS.

<b>Tabela 9. Resumo de valores</b>		
<b>Valor de Uso (Funcional e Social)</b>	<b>Valor Documental (Histórico e Testimonial)</b>	<b>Valor Estilístico (Estético e Arquitetônico)</b>
<p>O valor de uso é notavelmente alto e foi redefinido positivamente com a intervenção. Anteriormente, era uma casa histórica com valor de uso residencial. Após a restauração, seu valor funcional transitou para o uso social e cultural, transformando-se no Museu de História de Puerto Cabello. Essa nova função garante a sobrevivência do imóvel ao dotá-lo de uma utilidade contemporânea (ICOMOS, 1964, Art. 5).</p>	<p>O valor documental da edificação reside em sua capacidade de testemunhar a história de Puerto Cabello. Documento histórico: é testemunho da época colonial e das dinâmicas sociais e econômicas da cidade portuária. Sua arquitetura, com elementos do século XVIII, documenta o modo de vida das famílias influentes. Documento simbólico: está vinculada à história da independência, pois seu entorno foi cenário da tomada de Puerto Cabello, o último cerco militar que selou a independência em 1823.</p>	<p>O valor estilístico da Casa Herrera encontra-se na fusão dialética entre o antigo e o moderno. Sua base é um exemplo representativo da arquitetura residencial colonial venezuelana. No entanto, a restauração recente introduziu elementos contemporâneos, como uma passarela de cristal no segundo piso e um terraço-mirante com vistas panorâmicas para o centro histórico. Essa intervenção gera uma tensão estilística controlada.</p>

Segundo o ICOM Venezuela, por meio de seu portal web (2024), o museu “soube combinar o moderno e o tradicional, com espaços renovados que destacam a arquitetura da época e uma impressionante passarela de cristal no segundo piso”. Na mesma publicação acrescentam que “além disso, conta com um acolhedor café onde os visitantes podem desfrutar de uma pausa, seja com uma bebida refrescante ou uma deliciosa comida. A experiência culmina no terraço, que oferece um mirante com vistas panorâmicas, permitindo desfrutar da beleza de Puerto Cabello desde o alto” (p. 1).

Para além de uma promoção digital voltada a atrair visitantes que pagariam pelo consumo para ver o descrito pelo ICOM Venezuela, há uma realidade observável preocupante. A intervenção de 2023 incluiu uma série de elementos modernos, como a passarela de cristal, pisos cerâmicos, revestimento de paredes, entre outros. Esses desenvolvimentos de espaços modernos são visíveis e diferenciáveis da composição arquitetônica colonial original e, portanto, não há simulação do antigo. No entanto, a distinguibilidade das adições modernas foi ultrapassada, gerando um ambiente moderno com contraste altamente agressivo e dissonante com o restante da estrutura, representando uma violação da Carta de Veneza e dos princípios do ICOMOS.

Dado que a adição moderna nos espaços internos é tão dominante, torna-se agressiva a ponto de eclipsar ou degradar a percepção do valor original. Viola-se a obrigação de manter a harmonia, porque a adição se converte no novo protagonista. A acumulação excessiva dessas adições modernas deixa muito pouco, ou quase nada, da arquitetura original, fazendo com que a edificação perca sua integridade física e a autenticidade do bem patrimonial. Ver Tabela 10.

<b>Tabela 10. Resumo da análise de contraste com a teoria</b>		
<b>Princípios ICOMOS</b>	<b>Cumpre</b>	<b>Não cumpre</b>
<b>Restauração objetiva:</b> define o enfoque de intervenção baseado na recuperação da unidade da estrutura, evitando qualquer interpretação imaginativa.	X (de modo parcial)	
<b>Autenticidade:</b> define a qualidade de um bem de ser verdadeiro e crível em seus materiais, desenho, técnica e entorno; é a essência de seu valor histórico.		X
<b>Integridade:</b> define o estado de conservação de cada um dos elementos físicos visíveis que conformam o valor original da estrutura.		X
<b>Mínima intervenção:</b> determina atuar apenas no estritamente necessário para assegurar a conservação, priorizando a preservação da matéria original.		X
<b>Reversibilidade:</b> determina que qualquer tratamento ou material adicionado possa ser retirado no futuro sem causar dano ou alteração ao substrato original.		X
<b>Compatibilidade dos materiais:</b> determina o uso de produtos cujas propriedades químicas, físicas e mecânicas não reajam negativamente com os materiais históricos.		X
<b>Evitar falsos históricos:</b> determina não criar elementos novos que pretendam enganar o observador quanto à sua antiguidade ou procedência cronológica.		X
<b>Evitar falsos arquitetônicos:</b> determina não reconstruir partes desaparecidas nem modificar a estrutura original; o novo deve ser identificável.		X
Fonte: arquivo do autor (2025).		

Foi realizada uma entrevista com membros da presidência do ICOMOS Venezuela, na qual uma das perguntas estabelecia o seguinte: Um caso particular que pode servir para exemplificar o que conversamos é o Museu de Puerto Cabello, em Carabobo, que antigamente era a Casa Herrera (decretada patrimônio), e que em 2023 foi intervencionado. O resultado final foi uma maravilha para alguns e um erro para outros. Que papel desempenhou o ICOMOS Venezuela nessa intervenção e qual é sua posição em relação ao resultado final? Resposta: o ICOMOS Venezuela não teve nenhuma participação nessa intervenção. Já expusemos que a competência de supervisão de todos os projetos e obras de bens protegidos em âmbito nacional cabe ao Instituto do Patrimônio Cultural, que deveria ter definido as diretrizes adequadas ao revisar o projeto e supervisionar as obras em execução, como sempre fazia por meio de sua equipe de profissionais (arquitetos e engenheiros), que atualmente entendemos estar bastante reduzida. Talvez a intervenção tenha sido efetuada à margem do Instituto, o que beira a ilegalidade. O IPC pode gerar sanções legais quando considera que as boas práticas não foram respeitadas, podendo inclusive paralisar obras em execução, como fazia há alguns anos em alguns casos.

A autenticidade material do Museu de Puerto Cabello é uma estimativa muito complexa de definir, pois deve ser avaliada sob a ótica de sua restauração recente. Embora uma parte da estrutura do século XVIII, considerada matéria original, tenha sido conservada, a inserção excessiva de elementos contemporâneos, como a passarela de cristal, introduz materiais que, embora claramente distinguíveis e alinhados parcialmente ao princípio da restauração objetiva, alteram a consistência

física original em nome da funcionalidade e do espetáculo.

A integridade, em seu sentido físico estrito, é modificada pelas adições excessivas, o que significa que a matéria original da edificação foi alterada quando o interventor tocou o tecido original e modificou a pureza física da estrutura antiga. Reconhece-se que esses elementos adicionados, por serem excessivos, constituem uma intrusão em sentido físico e, portanto, o edifício já não é 100% colonial original.

No entanto, considerando os pontos tratados no Documento de Nara, pode-se evidenciar que, apesar da violação dos princípios do ICOMOS, ainda permanece latente uma pequena parte do verdadeiro poder do edifício, que reside em sua autenticidade intangível de uso, ao continuar sendo útil para a comunidade e comunicar aspectos históricos e culturais.

Essa desconexão entre teoria e prática é validada pelo testemunho das autoridades regionais. Em entrevista realizada para esta pesquisa, o doutor em patrimônio cultural Argenis Agudo, diretor de patrimônio cultural histórico da Secretaria de Cultura da Governadoria do Estado Carabobo, indicou que sua participação se limitou à fase documental: “meu papel foi documentar o valor histórico da casa, seu significado dentro da história, as características da construção e como deveria ser intervencionada ou restaurada atendendo às normas internacionais, e até aí cheguei”. Agudo denuncia que seus relatórios técnicos e recomendações foram arquivados e ignorados por seus superiores hierárquicos durante a execução da obra. Quanto ao resultado final, é categórico: “não aprovo, não estou satisfeito com o que foi feito nem com a forma como a arquitetura foi tratada, também não estou de acordo com o roteiro museológico, está muito distante do que essa casa deveria ser” (Agudo, A., comunicação pessoal com a Direção de Patrimônio Cultural Histórico da Secretaria de Cultura da Governadoria do Estado Carabobo, 11 de dezembro de 2025), mencionando que seu trabalho foi arquivado e ignorado por seus superiores.

É fundamental precisar a distinção entre os marcos de atuação do ICOM e do ICOMOS, pois em intervenções como a da Casa Herrera seus objetivos costumam entrar em tensão dialética. Enquanto o ICOM se concentra primordialmente na gestão, comunicação e experiência do visitante dentro do espaço museológico, o ICOMOS prioriza a salvaguarda da integridade material e da autenticidade do contêiner arquitetônico. Neste estudo de caso, torna-se evidente que a necessidade de adaptar o imóvel a uma funcionalidade museográfica contemporânea acabou subordinando os critérios da restauração objetiva, sacrificando a verdade histórica do edifício em favor de uma estética de exposição que prioriza o uso sobre a conservação do substrato original.

Embora a justificativa de priorizar a sobrevivência cultural do bem sobre sua integridade material estrita tenha ganhado espaço na teoria da conservação contemporânea, especialmente com o Documento de Nara, essa posição não está isenta de riscos e críticas. Essa mediação na consistência física, como se observa na inserção de elementos modernos, abre a porta para uma ambiguidade perigosa.

O principal risco está em que a busca por relevância contemporânea pode se converter em permissão para estimular o capricho estilístico ou funcional. A prioridade de manter ativo um edifício, conferindo-lhe alto valor de uso, pode facilmente derivar na manipulação do original, caso a adição moderna seja excessiva ou reverta a coerência estrutural.

Nesse sentido, Martínez Justicia (2017) estabelece que “a sobrevivência cultural é frequentemente utilizada como argumento retórico para justificar intervenções drásticas” (p. 32) que, no fundo, respondem mais à rentabilidade econômica ou à necessidade de criar um espetáculo arquitetônico do que ao verdadeiro serviço do testemunho histórico.

Esse ângulo ameaça obscurecer a linha entre a intervenção ética e a falsificação moderna. Ao minimizar a importância da matéria que Brandi (1963) define como “o único meio de transmissão da obra de arte” (p. 13), corre-se o risco de converter o patrimônio em uma cenografia funcional ou em um fac-símile de si mesmo, em que se conserva a ideia ou o conceito do edifício, mas se perde a autenticidade insubstituível de seu tecido histórico.

Por isso, segundo Martínez Justicia (2017), “a prioridade deve ser sempre a mínima intervenção e a máxima reversibilidade” (p. 32), assegurando que a sobrevivência cultural não seja alcançada às custas da verdade material do documento arquitetônico.

## 6. CONCLUSÕES

A análise crítica do Museu de Puerto Cabello confirma a existência de uma inadequação metodológica. Apesar da existência de diretrizes internacionais como as do ICOMOS, na Venezuela as práticas de restauração podem não aderir aos princípios de autenticidade e integridade que protegem o bem cultural. Os achados desta análise revelam três violações substanciais da conservação:

- **Violação da compatibilidade material:** o uso de materiais contemporâneos (aço, cristal, porcelanato, vinil) como substituição estrutural altera a materialidade histórica e viola o princípio de compatibilidade técnica. O princípio do ICOMOS para estruturas exige que os materiais de consolidação sejam compatíveis física e quimicamente com os materiais da estrutura original. A instalação de elementos rígidos e modernos em estruturas coloniais brandas de alvenaria pode introduzir tensões, dilatações distintas e patologias a longo prazo, comprometendo o caráter funcional da edificação arquitetônica.
- **Alteração da integridade morfológica e espacial:** observou-se a adição de novas seções e a alteração da disposição dos espaços para acomodar necessidades modernas sem respeitar a distribuição original do edifício, o que corresponde a um falso arquitetônico. Isso compromete a integridade espacial da edificação, cujo valor patrimonial reside tanto em seus muros externos quanto na sequência de seus espaços internos. A alteração do esquema espacial original mediante a adição intrusiva de passarelas e do mirante configura uma falsificação, pois a nova estrutura não respeita nem complementa a história da edificação, mas impõe uma nova lógica funcional e cenográfica.
- **Falsificação por conjectura da autenticidade:** identificou-se a reconstrução de elementos ornamentais e da fachada com base em suposições, em vez de uma investigação documental ou arqueológica rigorosa. Embora não se trate de um falso arquitetônico por imitação, é um falso histórico por conjectura, constituindo descumprimento direto da Carta de Veneza, que proíbe a restauração baseada em hipótese. Conclui-se que o respeito à distinção é insuficiente quando se ignora o princípio da reversibilidade e da mínima intervenção, convertendo o propósito de sobrevivência cultural em pretexto retórico para um espetáculo arquitetônico ou capricho estilístico.

Os descumprimentos detalhados não são apenas erros técnicos; são sintoma latente de uma deficiência sistêmica na estrutura de gestão do patrimônio nacional. Como se evidenciou na comunicação institucional, a regência do ICOMOS no país opera sob uma limitação legal que o restringe a um papel meramente consultivo, sem potestade sancionatória. Essa brecha institucional permite que a prioridade da função e da rentabilidade se sobreponha à verdade material e à integridade morfológica do documento arquitetônico. O valor da obra de arte, como defendia Brandi (1963), “não pode ser separado de sua consistência física” (p. 14).

O caso do Museu de Puerto Cabello configura-se como um caso paradigmático na América Latina do que se denomina integridade negociada, em que se aceita um compromisso material em troca de maior relevância social. No entanto, este estudo estabelece a necessidade urgente de:

1. Formalizar o vínculo legal entre a doutrina do ICOMOS e os entes executores nacionais.
2. Estabelecer limiares de intrusão que definam os limites da adição contemporânea na arquitetura colonial.
3. Centrar as pesquisas futuras na avaliação do risco estrutural e da durabilidade dos materiais incompatíveis em contato com a alvenaria tradicional, complementando a

crítica metodológica com uma análise de engenharia em conservação.

Algumas recomendações finais podem ser generalizadas no sentido de que é essencial que os profissionais da arquitetura e da conservação na Venezuela adotem um enfoque que priorize a verdade histórica e a compatibilidade técnica acima da estética superficial. A adaptação das edificações históricas às necessidades contemporâneas deve ser planejada de modo que a mudança não prejudique o significado cultural e histórico do edifício (Arias Salazar et al., 2024). Portanto, recomenda-se maior capacitação e a implementação de um marco legal mais rigoroso, que vincule as intervenções de restauração aos princípios do ICOMOS, garantindo que as futuras gerações possam apreciar não apenas a beleza dos edifícios coloniais, mas também a autenticidade de sua história.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arias Salazar, D. P., Córdova Cruz, B. R., Núñez Medina, M. A., Pinto Almeida, D. (2024). “*Adaptación de edificaciones de valor patrimonial a estándares contemporáneos de seguridad y confort*”. Ciencia Latina Internacional. México. <https://biblioteca.ciencialatina.org/wp-content/uploads/2024/07/ADAPTACION-DE-EDIFICACIONES-DE-VALOR-PATRIMONIAL-A-ESTANDARES-CONTEMPORANEOS-DE-SEGURIDAD-Y-COMFORT.pdf>
- Bernard, F. (2004). “*Conservation of historic buildings*”. 3°. Editorial Routjege. Inglaterra.
- González Moreno-Navarro, A. (1999). “*La Restauración objetiva (método SCCM de restauración monumental)*”: memoria SPAL 1993-1998. Diputación de Barcelona. España. Disponible en: <https://www.scribd.com/document/283046898/La-Restauracion-Objetiva-Antonio-Gonzalez-Moreno>
- Casare, B. (1963). “*Teoría de la Restauración*”. Alianza Editorial. España. Disponible en: <https://cuatrocuadernos.wordpress.com/concepto-restauracion/> o ficha editorial en Alianza Editorial.
- Consejo Internacional de Monumentos y Sitios ICOMOS (1964). “*Carta internacional sobre la conservación y la restauración de monumentos y de sitios (Carta de Venecia)*”. Disponible en: [https://icomos.es/wp-content/uploads/2020/01/venice\\_sp.pdf](https://icomos.es/wp-content/uploads/2020/01/venice_sp.pdf)
- Consejo Internacional de Monumentos y Sitios ICOMOS (1994). “*Documento de Nara*”. Disponible en: [https://www.icrom.org/sites/default/files/publications/2020-05/conv8\\_06\\_docudenara\\_esp.pdf](https://www.icrom.org/sites/default/files/publications/2020-05/conv8_06_docudenara_esp.pdf)
- Consejo Internacional de Monumentos y Sitios ICOMOS (2008). “*Carta para interpretación y presentación de sitios de patrimonio cultural*”. Disponible en: [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/interpretation\\_e.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/interpretation_e.pdf)
- Consejo Internacional de Monumentos y Sitios ICOMOS (2017). “*ICOMOS Statutes*”. Disponible en: <https://www.icomos.org/statutes-and-rules-of-procedure/>.
- Consejo Internacional de Museos (2024). Declaratoria web: Museo Puerto Cabello. Venezuela. Disponible en: <https://www.icom-venezuela.com/copia-de-museo-de-b%C3%A9isbol>
- Hernández Martínez, A. (2020). “*La conservación y restauración de la arquitectura contemporánea: paradojas y contradicciones*”. Repositorio Institucional de Documentos. Universidad de Zaragoza. España. <http://dx.doi.org/10.4995/loggia.2015.3994>
- Martínez Justicia, M., Sánchez-Mesa, M. (2017). “*Criterios en conservación y restauración del siglo XX, en el contexto mediterráneo, a las puertas del nuevo siglo ¿Idoneidad o necesidad de redefinición?*” Anuario TAREA. Universidad Nacional de San Martín. Argentina. Disponible en: <https://ri.unsam.edu.ar/handle/123456789/2218>; [https://ri.unsam.edu.ar/bitstream/123456789/2218/1/ANU\\_IIPC-TAREA\\_2015\\_2\\_74-107.pdf](https://ri.unsam.edu.ar/bitstream/123456789/2218/1/ANU_IIPC-TAREA_2015_2_74-107.pdf)

- Reimóndez Becerra, M. (2023). “*Conservación integral: una conservación para el desarrollo*”. Tesis doctoral, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Sevilla. España. Disponible en: <https://idus.us.es/handle/11441/148722>
- Sabatino, J. A. (2023). “*La Casa de los Herrera*”. Academia de la Historia del Estado Carabobo. Venezuela. Disponible en: <https://ahcarabobo.com/la-casa-de-los-herrera/>
- Sosa Pedroza, T. (2010). “*Compilación de artículos de investigación*”. México. Disponible en: [https://administracionytecnologiaparaeldisenio.azc.uam.mx/publicaciones/cong\\_2009/compilacion\\_cong2009.pdf](https://administracionytecnologiaparaeldisenio.azc.uam.mx/publicaciones/cong_2009/compilacion_cong2009.pdf).
- Villarejo Fernández, P. (2022). “*La conservación del patrimonio cultural edificado y su relación con el modelo energético; criterios para la acción pública en España*”. Tesis doctoral, Universidad Politécnica de Madrid. España.